

Arte

e Inclusão

Texto: João Teixeira Lopes
Sociólogo

À PROCURA DE UMA VOZ COM SUJEITO:
NOTAS SOBRE INCLUSÃO, DISCURSO E LINGUAGEM

7 1911

o Inclusion

“Na minha família os animais domésticos não eram cães nem gatos nem pássaros; na minha família os animais domésticos eram pobres. Cada uma das minhas tias tinha o seu pobre, pessoal e intransmissível, que vinha a casa dos meus avós uma vez por semana buscar, com um sorriso agradecido, a ração de roupa e comida”

António Lobo Antunes

Neste texto, pretendo argumentar que os discursos têm um papel preponderante na instituição das categorias através das quais percebemos os outros e nos representamos. Os universos simbólicos de interpretação e construção da realidade são máquinas classificatórias que hierarquizam, estigmatizam, rotulam. Deste modo, têm um efeito real, concreto, na modelação das relações sociais.

Pensemos, desde logo, nas configurações discursivas de alguns políticos e instituições sobre os grupos mais despossuídos das classes populares, habitualmente categorizados como “pobres”, “excluídos” ou ainda



situações mais graves; lançando injunções imperativas de responsabilização pessoal; dando com a mão caridosa, mas punindo severamente com a mão desconfiada e fiscalizadora, o Estado transforma-se num conjunto de políticas atomizadas e descentralizadas, fragmentando a própria condição popular (e sabemos como a socialização institucional produz efeitos poderosos na ideia que as pessoas fazem de si próprias) de acordo com categorias administrativas e burocráticas (contratualização da assistência).

Na verdade, este universo simbólico e discursivo, identifica claramente os “grupos de risco”, face aos quais se devem centrar as prioridades: jovens, crianças e desempregados. Para eles, há que desenhar medidas, de preferência descentralizadas e executadas em parceria com o terceiro setor ou mesmo com as empresas. Para os “supranumerários” ou “náufragos da sociedade salarial” (Castel, 1999), organizar-se-á esse mix de assistência, misericórdia e caridade. Para os suficientemente integrados (com trabalho permanente, contrato e proteção jurídica), a resposta seria de âmbito nacional, enquadrado em direitos reconhecidos pelo Estado e concretizada pela segurança social. Para os “assistidos”, multiplicar-se-iam as iniciativas locais, mais ou menos privatizadas e sob o princípio da subsidiariedade.

As representações que as instituições de apoio social fazem das classes populares e, dentre destas, das franjas mais vulneráveis e “assistidas”, é uma questão da maior importância. A organização e o uso da linguagem não são inocentes, ainda que muitas vezes sejam irrefletidos. Eles têm efeitos no real, moldam as interações e orientam a socialização (valores, regras, padrões de comportamento, papéis sociais) que as instituições disseminam no seu agir. O modo como as classes populares são faladas e imaginadas tem consequências que vão para além do mundo dos documentos e dos discursos oficiais, entrando no dia-a-dia dos guichets e das conversas que aí ocorrem, no vaivém dos pedidos e respostas de assistência, na forma como os técnicos lidam com os seus destinatários, amiúde referidos como utentes, beneficiários ou até mesmo clientes, nos processos de rotulagem e de construção (tantas vezes deteriorada) de identidade, nas burocracias minuciosas de hiperfiscalização da condição

de assistido.

As instituições não prestam apenas assistência. Na verdade, classificam os seus utentes, impõem-lhes um sentido de posição social, a que se associam regras de conduta, induzem pistas para um trabalho tantas vezes degradante de auto percepção identitária e de assimilação da subalternidade. Ainda que tal se passe no fluir das interações aparentemente anódinas, como no caso seguinte, passado no Coração da Cidade

“O caso Dália” Observação realizada no Coração da Cidade em 02/04/2015 (Nélson, 2015 e 2016)

Dália tem 30 anos e vive em Vila Nova de Gaia. Chegou ao Coração da Cidade por volta das 10:30 da manhã e trazia sua filha de pouco mais de um ano, num carrinho de bebé. Tinha um ar preocupado. Dirigiu-se ao Sr. Almeida (um voluntário carenciado destacado para encaminhar as pessoas ao apoio social) para por o seu nome na lista de espera. Teria que esperar pelo menos uma hora para ser atendida. Havia 7 pessoas à sua frente. O bebé estava irrequieto, quanto mais ela tentava acalmá-lo, mais agitado ele ficava. Mas isto não parecia afetar as pessoas à volta, que aguardavam tranquilamente a sua vez de ser atendidas no mercado social. Uma hora depois (11:30), Dália e a sua filha já estavam na sala do apoio social. Sentou-se numa cadeira, por detrás de um armário colocado estrategicamente para garantir um mínimo de privacidade àquelas pessoas que supostamente teriam que expor as suas “misérias”, na esperança de conseguir a ajuda da instituição. Dália entregou o seu cartão do Coração da Cidade, o que lhe dava o direito de frequentar o mercado da Mesa Farta. No entanto, a Dra. Luiza, uma das responsáveis pelo apoio social, verificou que Dália estava suspensa do programa. Motivo: Dália esteve três meses sem aparecer e sem dar qualquer justificação. Iniciou-se uma conversa onde a Dra. Luiza explica os motivos pelos quais Dália perdera o direito ao programa VER.

Dra. Luiza - As pessoas que não vêm é porque não têm grandes necessidades. As pessoas que têm necessidades vêm. Nós temos uma lista grande de pessoas à espera para entrar.

Dália - Eu tenho um bebé, o problema é que eu venho cá e as pessoas começam a implicar comigo porque eu tenho



“assistidos”. Ao fazê-lo, procuraremos resgatar aquilo a que Raymond Williams (1985) chamou de “palavras-chave” de uma época, isto é, pequenos núcleos semânticos que organizam as narrativas que servem de veículo à ideologia dominante e que são pressupostos, assumidos, normalizados e reforçados através de variações repetidas sobre o mesmo tema através dos media, dos discursos políticos e institucionais, das redes sociais e da linguagem mais partilhada.

De certa forma, as “palavras-chave” de uma sociedade indicam a relação de forças vigente. A quem interessa a reverberação pela sociedade e a incorporação pelos dominados de palavras como “flexibilidade”, “escolha individual”, “oportunidades”, “empreendedorismo” ou “criatividade”? De algum modo, tais expressões evocam esta nova economia pessoalizada, de ímpeto moral, pronta a punir quem fracassa no processo de auto-ajuda e de “autonomização”, tão patente nas célebres políticas de “ativação” pelas quais o Estado se desresponsabiliza dos resultados da política social. Em última instância, os culpados pela pobreza serão os próprios pobres, substâncias isoladas das condições da sua própria produção. Trata-se, aqui, de recuperar o projecto de Bourdieu e Boltanski de “tomar como objeto os lugares comuns produzidos nos lugares neutros” (1976: 4), a linguagem e o senso comum que a produz e exprime.

As palavras-chave de uma era facilitam, pois, a conjunção e a integração das várias esferas sociais (família, escola, trabalho, lazer, amor, sexo) sob a égide de uma metalinguagem cultural que se torna particularmente evidente a partir da viragem do fordismo para o pós-fordismo: múltiplas tarefas no processo de trabalho; prolongamento da aprendizagem (a célebre odisseia da “aprendizagem ao longo da vida”); reorientação da produção centralizada e em grandes stocks para a produção flexível, just in time, sujeita a um contínuo e frenético ajustamento ao mercado; individualização da relação laboral e coresponsabilização do trabalhador pelos resultados organizacionais, promoção do consumo e da vida como espetáculo. Enfim, tudo desagua no que Lash e Urry (1986) apelidaram de capitalismo desorganizado, conceito não isento, como Harvey nota, de uma conotação ética e que, de alguma forma, está

igualmente parente em Peter Wagner (1996), quando este fala da transição de uma modernidade organizada para um estado de modernidade liberal alargada. Dir-se-ia que o capitalismo ganha contornos artísticos: menos burocratizado, estandardizado e planeado; menos amarrado pelas teias da administração pública; mais “empreendedor”, fragmentado e amigo do risco, da incerteza e da destruição criativa e das suas componentes económico-estéticas.

Os pobres e os assistidos são o outro lado do projeto, da estética e da produção de si. Na encenação dramática do capitalismo, personificam a derrota e legitimam a vitória dos grandiosos pela sua intrínseca falta de “talento”, “criatividade”, “capacidade empreendedora” ou “vontade de arriscar”. Em certa medida, os seus pressupostos defeitos ou défices legitimam todo o processo de aquisição de mais-valia e de acumulação de riqueza. Como realça Nicole Aschoff, o capitalismo precisa de estórias com uma moral, um conjunto de valores e de crenças, em suma, uma narrativa forte que as sociedades contam a si mesmas para reproduzirem a ordem social e fornecerem determinados significados-âncora, amarrando as pessoas à vida, cortando os nexos causais que permitiriam desocultar e sentir a alienação (Aschoff, 2015). Esta premente necessidade do capitalismo é concomitante com a possibilidade de as classes populares poderem perceber, se conscientizadas, que a forma de organização social vigente não é feita para o bem comum nem para a satisfação das necessidades humanas, antes promove “uma desigualdade massiva de rendimentos, uma crescente pobreza, uma degradação ambiental e níveis astronómicos de consumo, clivagens de género e uma generalizada ansiedade sobre o futuro” (Idem: 9).

O papel do Estado: a vã solidariedade?

De acordo com uma certa visão do Estado e das instituições públicas, a sua missão seria a de promover a “solidariedade”. Na verdade, este enfoque traduz uma profunda recomposição que se vai operando nas configurações do Estado Social a partir da década de 80 do século passado. Não lhe cabendo, segundo os arautos do novo establishment, redistribuir nem integrar; devendo remeter-se a um papel discreto de assistência face às



um bebé, não posso entrar no supermercado. E eu fico com receio.

Dra. Luiza – Prontos, a senhora deixou de vir, e não disse nada. Deixa passar três meses e hoje vem aqui novamente. Não dá... Vamos ver os porquês da senhora não vir. É porque tem uma bebé?

Dália - Sim

Dra. Luiza – E a partir de agora não tem a bebé?

Dália - Ela já está a frequentar o infantário.

Dra. Luiza - Então hora bem, quer dizer, também a sua necessidade não é assim muita, muita, muita... porque se a senhora tivesse muita necessidade ..., a senhora arranjava uma maneira de vir. Dália – Eu não tenho ninguém para deixar o bebé. Eu vinha cá, as pessoas implicavam comigo porque eu trazia o bebé.

Dra. Luiza - Quais os rendimentos que a senhora tem?

Dália - Eu estou a receber o RSI.

Dra. Luiza - Mas o que estava a receber quando fez a inscrição?

Dália – Nada.

Dra. Luiza - A senhora tem que se dirigir a outra instituição. Até porque, é de Gaia. Hoje a senhora vai levar [alimentos] mas vai ter que se dirigir a outra instituição.

Dália - Porquê?

Dra. Luiza- Porque está com o RSI e faltou durante 3 meses. Agora teria que apresentar novos papéis e os novos papéis que a senhora vai apresentar vão incluir o RSI. E neste momento nós já não estamos a inscrever estas pessoas. São assim as regras da instituição. Nós agora estamos a inscrever pessoas que estão reformadas, a trabalhar com ordenados baixos ou que estão a receber pelo fundo desemprego.

Dália - Então as pessoas estão a trabalhar e recebem, eu não estou.

Dra. Luiza - Mas é assim que é a nossa instituição.

Dália - Mas é engraçado que as pessoas estão a trabalhar e têm apoio e os outros não.

Dra. Luiza - Não somos nós que mandamos na instituição.

Dália - Mas está mal feito, porque é uma coisa para apoiar e não está a apoiar quem precisa, está a apoiar aquelas pessoas que não necessitam.

Dra. Luiza - Hoje uma vez que a senhora está cá, vai levar alimentos, está bem?

(Observação realizada por Nélson Reis)

Interrogatório cerrado, recriminação por erros de conduta, constante verificação dos requisitos de assistido, juízos valorativos, exigência de ligação permanente à instituição (porque as instituições valem também pelo número de pobres que angariam): assim a organização trabalha para colocar Dália no seu lugar, levando-a a proferir queixumes contra os outros pobres, exigindo para si as migalhas que são dadas aos demais, clamando pela sua respeitabilidade (apesar de não trabalhar, tem um bebé). Estas interações são encontros críticos, na medida em que, pela sua repetição, expressam e reforçam relações de poder e de desigualdade e inspiram um sentido de inferioridade e estigma que acelera a incorporação da dominação. A ordem da interação (os momentos) liga a comunicação interpessoal às escalas mais vastas da estrutura social e de poder (os contextos), facilitando a “aprendizagem de um espaço de possíveis limitado” (Idem: 246) e instalando os agentes sociais num estado oficial de pobreza e assistência.

E os pobres ?

As instituições, nos seus discursos e na forma como se apresentam em público, parecem representar todos os pobres e assistidos, como se tal fosse um processo natural e como se pairassem acima de interesses ou disputas, com vida própria, tentando assim escapar, por pura exterioridade (uma espécie de fétichismo da representação), ao jogo das relações sociais.

Importa no entanto perceber o ponto de vista daqueles membros das classes populares que entram em situação oficialmente considerada de pobreza. Nuno Alves refere-se a esse processo como a “armadilha da pobreza (Alves, 2015), uma vez que, com particular incidência em Portugal, “a entrada numa situação de pobreza tem uma baixa probabilidade de posterior reversão (Alves, 2015:72). As instituições mais críticas, aliás, reclamam contra a persistente relegação política das pessoas em situação de pobreza, uma vez que “a participação dos próprios desfavorecidos deve ser uma metodologia e não apenas uma intenção pontual ou meramente verbalizada nos discursos e projetos” (REAPN, 2005: 7).



Contudo, as reações das classes populares à socialização institucional não são uniformes. Elas traduzem, sempre, uma apropriação das condições de resistência e de ação, gerando modos de relação mais ou menos ativos e de resultados ambivalentes com as instituições. Diversos estudos mostram, por exemplo, que as mulheres encontram recursos de afirmação através da ligação privilegiada que estabelecem fruto de “uma divisão do trabalho institucional no seio das famílias” (Siblot et. al, 2015: 241): são elas mais do que eles quem trata “dos papéis”, particularmente quando se cuida de assuntos relacionados com os filhos.

Outros estudos mostram como alguns jovens de classes populares se identificam mais com os trabalhadores do social (assistentes sociais, educadores, animadores, mediadores) do que com os seus próprios pais, adquirindo recursos culturais e comunicacionais (técnicas específicas de verbalização, gestão das emoções, etc.) e agilizando uma apresentação de si tida como “competente”. Ora, aqui residirá, porventura, uma das modalidades de adestramento de grupos juvenis precários às condições exigidas pelas empresas e organizações em geral, gerando um contingente de mão-de-obra executante, subalterna e domesticada. O capitalismo não exige apenas a disponibilidade desses contingentes; requer ainda a participação nos processos que conduzem à sua própria dominação.

Modos de vida e pobreza

Em Portugal, Luís Capucha identificou vários “modos de vida” associados à pobreza : “a «destituição», integrada por famílias e indivíduos em situação de precariedade extrema; a «restrição», presente entre operários pouco qualificados e de baixos salários e empregos instáveis, assalariados agrícolas, pensionistas de baixas pensões, famílias monoparentais e pessoas com deficiência; a «dupla referência» típica dos imigrantes pobres; a «poupança», característica do campesinato e do campesinato parcial; a «convivialidade» que emerge entre os moradores dos bairros pobres orientados para o hedonismo como estratégia de inversão ocasional do quotidiano marcado pela escassez e a precariedade; o «investimento na mobilidade», por via da escolarização

dos filhos ou da melhoria das condições de trabalho de operários e trabalhadores de serviços com baixos rendimentos mas empregos estáveis; a «transitoriedade» dos que se vêm face a trajetórias familiares e profissionais interrompidas; e a »desafetação» de grupos mais ou menos «marginais» (Capucha, 2015: 58). A «destituição», a «restrição» e a «desafetação» surgem como potencialmente em crescimento, devido à crise social.

Estudos em França (Siblot et. al., 2015) mostram igualmente que existe uma clivagem acentuada entre os membros das classes populares que procuram uma aculturação face às normas das classes médias, mobilizando alguns recursos que já possuem, nomeadamente escolares, e mantendo face à assistência uma relação de distância, uma vez que estão protegidos pelo reconhecimento de direitos sociais que lhes conferem dignidade e outros, mais precarizados, que a sentem como ameaça, estigma e dependência, podendo sujeitar-se com maior ou menor resiliência às imposições administrativas.

Em suma, se é verdade que as instituições socializam no sentido de produzir um “assistido” tido como adequado, um “bom pobre”, não é menos interessante descortinar uma gama relativamente ampla de respostas e práticas, indiciadoras de graus, ainda que intersticiais, de exercício de resistência e agência.

Assim, surge como tarefa da maior importância, recriar o sentido integrador das instituições. Para tal, importa pensar o que se diz e dizer de outra forma. Mais ainda, só existirá inclusão de alta intensidade se recuperarmos o conceito de voz dos pobres, enquanto possibilidade de afirmação autónoma, descolonizada, não simplificada, aberta à complexidade dos modos de existência e expressão. Uma voz com sujeito, em suma, articulando a vida, a consciência e a fala de si.

Essa tarefa é um imenso continente por fazer.

Referências bibliográficas

ALVES, Nuno (2015), “A dinâmica da pobreza em Portugal”. In DIOGO, Fernando, CASTRO, Alexandra e PERISTA, Pedro, Pobreza e Exclusão Social em Portugal. Contextos, transformações e estudos. Vila Nova de Famalicão: Húmus, pp. 65-78
ASCHOFF, Nicole (2015), The New Prophets of Capital. Londres: Verso.

- BOURDIEU, Pierre (1986), "The Forms of Capital". In J. Richardson (Ed.) *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education* (New York, Greenwood), 241-258.
- BOURDIEU, Pierre; BOLTANSKI, Luc (1976), «La production de l'idéologie dominante». In : *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Nol. 2, n° 2-3, pp. 3-73
- CAPUCHA, Luís (2015), "Conhecimento para a ação: avanços, lacunas e caminhos para o estudo da pobreza". In DIOGO, Fernando, CASTRO, Alexandra e PERISTA, Pedro, *Pobreza e Exclusão Social em Portugal. Contextos, transformações e estudos*. Vila Nova de Famalicão: Húmus, pp 49-63
- CASTEL ; Robert (1999), *Les Métamorphoses de la Question Sociale : une chronique du salariat*. Paris : Gallimard
- COSTA, Alfredo Bruto da (2015), "Prefácio". In DIOGO, Fernando, CASTRO, Alexandra e PERISTA, Pedro, *Pobreza e Exclusão Social em Portugal. Contextos, transformações e estudos*. Vila Nova de Famalicão: Húmus, pp.7-16
- LAHIRE, Bernard (2016), *Pour la Sociologie*. Paris: La Découverte.
- LASH, Scott; URRY, John (1986), *The End of Organized Capitalism*. Cambridge: Polity,
- REIS, Néelson (2015), *A carreira do novo pobre: processos e fatores de desqualificação social*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- REIS, Néelson (2016), « Retratos da nova pobreza », IS Working Papers, 3.^a Série, N.º 16,
- SIBLOT, Yasmine ; CARTIER, Marie ; COUTANT, Isabelle ; MASCLET, Olivier e RENAHY, Nicolas (2015), *Sociologie des Classes Populaires Contemporaines*. Paris: Armand Collin
- WAGNER, Peter (1996), *Liberté et discipline. Les deux crises de la modernité*. Paris; Métailié.
- WILLIAMS, Raymond (1985), *Keywords: a vocabulary of culture and society* New York: Oxford University Press